



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE

Relatório de Autoavaliação Institucional

Período 2013/2014

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

Administração em exercício em março de 2015

Reitor: Marcelo Bender Machado

Vice-Reitor: Flávio Luís Barbosa Nunes

Pró-reitor de Administração e de Planejamento: Denise Bonow

Pró-reitor de Ensino: Ricardo Pereira Costa

Pró-reitor de Extensão e Cultura: Manoel José Porto Júnior

Pró-reitor de Gestão de Pessoas: Nilo Moraes de Campos

Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Marcos André Betemps Vaz da Silva

Diretora da Diretoria de Assuntos Internacionais: Lia Joan Nelson Pachalski

Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Institucional: Mauro André Barbosa Cunha

Diretor da Diretoria Executiva da Reitoria: Alessandro de Souza Lima

Diretor da Diretoria de Projetos e Obras: Elton Luiz Pedroso

Diretoria de Tecnologia da Informação: Renato Marques Dilli

Chefe do Gabinete do Reitor: Marilvana Giacomelli Tavares

Assessora da Assessoria do Reitor: Janete Otte

Diretor do Câmpus Pelotas: Rafael Blank Leitzke

Diretor do Câmpus Sapucaia do Sul: Mack Leo Pedroso

Diretor do Câmpus Charqueadas: Luciana Neves Loponte

Diretor do Câmpus Passo Fundo: Alexandre Pitol Boeira

Diretor do Câmpus Camaquã: Ana Maria Geller

Diretor do Câmpus Bagé: Leandro da Silva Camargo

Diretor do Câmpus Venâncio Aires: Cristian Oliveira da Conceição

Diretor do Câmpus Pelotas - Visconde da Graça: Álvaro Luiz Carvalho Nebel

Diretor do Câmpus Santana do Livramento: Paulo Henrique Asconavieta Da Silva

Diretor do Câmpus Saporanga: José Luiz Lopes Itturriet

Diretor do Câmpus Lajeado: Luís Afonso Tavares Alves da Fonseca

Diretor do Câmpus Gravataí: Renato Louzada Meireles

Diretor do Câmpus Avançado Jaguarão: Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal

Diretor do Câmpus Avançado Novo Hamburgo: Gelson Luis Peter Correa

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	4
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	6
3 REITORIA.....	8
4 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	9
5 FINALIDADES INSTITUCIONAL	11
6 CURSOS OFERTADOS NA IES.....	14
7 PESQUISA E EXTENSÃO	16
8 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (CPA).....	18
9 DESENVOLVIMENTO	21
10 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO DOS SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	22
11 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE.....	33
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
13 REFERÊNCIAS	40

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Os dados identificadores do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), apresentados na Tabela 1 foram obtidos no relatório de Gestão 2013-2014 da Instituição de Educação Superior (IES)

Tabela 1. Dados identificadores – IFSul

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense			
Denominação abreviada: IFSul			
Código SIORG: 456	Código LOA: 26436		Código SIAFI: 158126
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Educação verticalizada com atuação nas Formação Básica, Educação Técnica, Educação Tecnológica, Educação Superior – Graduação e Pós-graduação			Código CNAE: 8532-5/00
Telefones/Fax de contato:	(053) 3309-1750	(053) 3309-1766	
Endereço eletrônico: reitoria@ifsul.edu.br			
Página da Internet: http://www.ifsul.edu.br			
Endereço Postal: Rua General Osório, 932 – Centro - Pelotas/RS · CEP 96020-000 ¹			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
O Instituto Federal Sul-rio-grandense foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, a partir da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas em Instituto Federal.			

¹ O endereço postal foi retirado da página oficial do IFSul – WWW.ifsul.edu.br – em virtude de a reitoria ter mudado de endereço no ano de 2014.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas

O Instituto Federal Sul-rio-grandense foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, a partir da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas em Instituto Federal.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

O Instituto Federal Sul-rio-grandense tem seus objetivos, finalidades e estrutura organizacional estabelecidos em Estatuto aprovado através da Portaria nº 921 de 14 de agosto de 2009, publicado no DOU de 01 de setembro de 2009. O novo Regimento Geral do IFSul foi aprovado pela Resolução 98 de 2014 do CONSUP e encontra-se publicado no sítio do IFSul, disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas da Instituição, complementando o Estatuto. O Regimento Geral é complementado por um Regimento Interno de cada Câmpus que compõe o IFSul. Os regimentos internos de cada câmpus foram aprovados mediante as resoluções nº 69 a 76/2011 do conselho superior e publicados no DOU de 30 de janeiro de 2012 (câmpus Pelotas e câmpus Sapucaia do Sul), de 08 de fevereiro de 2012 (câmpus Venancio Aires, câmpus Passo Fundo e câmpus Charqueadas) e do dia 10 de fevereiro de 2012 (câmpus Camaquã, câmpus Bagé e câmpus Pelotas – Visconde da Graça).

¹ O endereço postal foi retirado da página oficial do IFSul – WWW.ifsul.edu.br – em virtude da reitoria ter mudado de endereço no ano de 2014.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente Relatório tem como objetivo precípua atender a determinações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que preconiza a apresentação de relatórios de autoavaliação institucional anuais das Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados deste relatório remetem ao processo de autoavaliação do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul) coletados e analisados pela Comissão Própria de Avaliação - no período alusivo ao biênio de 2013/2014. Objetiva contribuir para o aprimoramento da qualidade do Ensino Superior no IFSul e impulsionar as mudanças que se fizerem necessárias.

Foi elaborado sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFSUL, conforme determina o SINAES, contando com o suporte técnico Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), que buscou auxiliar os processos de trabalho da CPA ao longo deste último período.

Considerando as dificuldades enfrentadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo de produção da avaliação anterior, relativa a 2011-2012, em especial pela dificuldade de articular operacionalmente o trabalho de uma CPA, que realiza um processo de avaliação multicâmpus, a Reitoria por meio da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), buscou auxiliar o processo de trabalho da CPA ao longo deste último período.

Os resultados da avaliação estão organizados de acordo com os cinco eixos e dimensões do SINAES, a saber:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional;

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional;

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas;

Eixo 4 – Políticas de Gestão;

Eixo 5 – Infraestrutura Física.

As dez dimensões propostas pelo SINAES, de forma simplificada, são as seguintes:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. A política para o ensino (educação básica, graduação, presencial e à distância, e

pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização;

3. A responsabilidade social da Instituição, em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da

produção artística e do patrimônio cultural;

4. A comunicação com a sociedade;

5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnicoadministrativo;

6. Organização e gestão da Instituição;

7. Infraestrutura física;

8. Planejamento e avaliação;

9. Políticas de atendimento aos discentes;

10. Sustentabilidade financeira.

O Relatório apresenta o texto autoavaliativo de cada dimensão, agrupando os resultados sob o ponto de vista das potencialidades, das fragilidades, seguidas de recomendações de ações estratégicas adotadas na busca de melhorias.

Cabe destacar ainda que se soma a este Relatório, exigido pela legislação, outros documentos internos que trazem elementos avaliativos de importância para a compreensão do contexto institucional. Neste sentido, cumpre destacar os relatórios anuais de gestão.

3 REITORIA

Localizada na cidade de Pelotas/RS, a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é o órgão executivo responsável pela coordenação de quatorze câmpus: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires.

Tem entre suas principais funções implementar e desenvolver políticas educacionais e administrativas, além coordenar e supervisionar a gestão sistêmica do instituto federal, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas.

A reitoria tem a seguinte estrutura organizacional:

Gabinete do Reitor

Vice-reitor

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Pró-reitoria de Administração e Planejamento

Pró-reitoria de Ensino

Pró-reitoria de Extensão e Cultura

Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

Diretoria de Assuntos Internacionais

Diretoria Executiva da Reitoria

Diretoria de Projetos e Obras

Diretoria de Desenvolvimento Institucional

Diretoria de Tecnologia da Informação

Procuradoria Federal

Ouvidoria

Assessoria do Reitor

Comissão de Ética

Comissão Própria de Avaliação

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

4 BREVE HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

A origem da Instituição remonta ao Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Pelotas (ETP), integrada à administração pública direta. Foi inaugurada em 11 de outubro de 1943 com suas atividades acadêmicas iniciando em março de 1945. Pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, foi transformada em autarquia, passando a fazer parte da administração pública federal indireta. Já em 1965, teve alterada sua denominação para Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel). De acordo com a Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que instituiu a transformação das escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica, em 19 de janeiro de 1999 foi institucionalizado o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS). Por último, surge a figura do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), instituição de ensino pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criada pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de dezembro de 2008, a partir da transformação do CEFET-RS.

O IFSul, cuja sede administrativa está localizada em Pelotas/RS, atualmente está presente em diversas regiões do estado, atendendo estudantes com ensino presencial e a distância, com 14 câmpus: câmpus Pelotas (1943), câmpus Pelotas - Visconde da Graça (1923), câmpus Charqueadas (2006), câmpus Sapucaia do Sul (1996), câmpus Passo Fundo (2007), câmpus Camaquã (2010), câmpus Venâncio Aires (2010), câmpus Bagé (2010), câmpus Santana do Livramento (2010), câmpus Gravataí (2014), câmpus Lajeado (2014), câmpus Sapiranga (2014), câmpus Avançado Jaguarão (2014) e câmpus Avançado Novo Hamburgo (2015).

Complementando a sua constituição, agregam-se os polos do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB localizados nas cidades de Balneário Pinhal, Camargo, Constantina, Picada Café, Rosário do Sul, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Sapiranga, Vila Flores, nos quais são oferecidos cursos na modalidade a distância financiados pela UAB e os polos da rede e-Tec Brasil, onde são ministrados cursos técnicos na modalidade a distância nas cidades de Agudo, Alegrete, Bagé, Barra do Ribeiro, Cachoeira do Sul, Camaquã, Canguçu, Capão do Leão, Charqueadas, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Guaíba, Herval, Jaguarão, Mostardas, Novo Hamburgo, Pareci Novo, Passo Fundo, Pelotas, Picada Café, Piratini, Restinga Seca, Rosário do Sul, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar,

Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Tavares, Venâncio Aires e Vera Cruz, financiados pela rede e-Tec Brasil do Ministério da Educação.

O Instituto Federal, caracterizado pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação superior, básica e tecnológica.

A Instituição reúne elementos singulares para a definição de sua identidade, assumindo papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

5 FINALIDADES INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, foi criado a partir do CEFET-RS, mediante Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O Instituto Federal, caracterizado pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, articula a educação superior, básica e tecnológica.

O processo educativo fundamenta-se em três pilares básicos: Ensino, Pesquisa e Extensão, como dimensões formativas, emancipadoras, indissociáveis e sem hierarquização, que estabelecem uma relação dinâmica e potencializadora, gerando um modelo pedagógico que busca contextualizar a formação humana, científica e tecnológica.

No Instituto Federal Sul-rio-grandense, esses mecanismos estão orientados e dimensionados para proporcionarem o exercício da cidadania, em tempo e lugares diversos. Busca ampliar os horizontes das pessoas, com o objetivo de estreitar as diferenças advindas das exclusões sociais e estimular um modelo pedagógico que enseje a participação crescente e integradora dos diferentes segmentos da sociedade. Portanto, pauta-se na perspectiva da transformação social.

A Instituição reúne elementos singulares para a definição de sua identidade, assumindo papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade.

O artigo 6º Lei nº 11.892/2008, traz consignada como finalidade e característica dos Institutos Federais:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

MISSÃO

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

FUNÇÃO SOCIAL

O Instituto Federal Sul-rio-grandense tem como função social promover educação humana-científica-tecnológica para formar cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho, por meio da educação continuada de trabalhadores; da educação tecnológica de nível médio; da graduação e pós-graduação e da formação de professores. Tomando o trabalho como princípio educativo, visa desenvolver o senso ético e motivar a sensibilidade através da cultura, para que seus estudantes, como cidadãos críticos e solidários, capazes de usar o conhecimento, o potencial da ciência e o método científico, comprometam-se politicamente com um projeto de sociedade mais justa.

FILOSOFIA

Preparar para a vida, tendo o trabalho como princípio para construir aprendizagens significativas que aliem saber e fazer de forma crítica e contextualizada e estimulem a investigação, a criatividade, a participação e o diálogo, no respeito à pluralidade de visões e na busca de soluções coletivas baseadas na gestão democrática.

VALORES

Proporcionar uma formação orientada no desenvolvimento das noções de ética e democracia, indispensáveis na formação de indivíduos ativos, conscientes e responsáveis, que atuem como agentes comprometidos com a emancipação humana e com a construção da cidadania plena.

6 CURSOS OFERTADOS NA IES

No ano de 2014, o Instituto Federal Sul-rio-grandense atendeu 16.148 matrículas com 892 docentes em tempo integral.

A seguir elencamos os cursos superiores de graduação e pós-graduação oferecidos em 2014 pela Instituição:

Câmpus	Cursos Ofertados
Camaquã	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Ensino de Ciências
Charqueadas	Curso Superior de Tecnologia em Sistema para Internet
	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação e Contemporaneidade
Passo Fundo	Curso Superior de Tecnologia em Sistema para Internet
	Engenharia Civil
	Engenharia Mecânica
Pelotas	Bacharelado em Design
	Engenharia Elétrica
	Engenharia Química
	Licenciatura em Computação
	Tecnologia Ambiental-Ênfase em Controle Ambiental
	Tecnologia Ambiental-Ênfase em Saneamento Ambiental
	Tecnologia em Sistemas para Internet
	Tecnologia em Sistemas para Internet
	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação
	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Educação Profissional com Habilitação para a Docência
	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Linguagens Verbais e Visuais e suas Tecnologias
	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Espaços e Possibilidades para a Educação Continuada
	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Mídias na Educação
	Curso de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado Profissional) em Educação e Tecnologia
Pelotas-Visconde da	Licenciatura em Ciências Biológicas

Graça	Licenciatura em Física
	Licenciatura em Química
	Tecnologia em Agroindústria
	Tecnologia em Gestão Ambiental
	Tecnologia em Gestão de Cooperativas
	Tecnologia em Viticultura e Enologia
	Curso de Pós-graduação <i>lato sensu</i> em Ciências e Tecnologias na Educação
	Curso de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado Profissional) em Ciências e Tecnologias na Educação
Sapucaia do Sul	Engenharia Mecânica

7 PESQUISA E EXTENSÃO

A atividade de pesquisa tem sido continuamente incentivada por meio do fomento de projetos com recursos do próprio IFSul ou da administração de recursos de órgãos de fomento, de forma a consolidar e ampliar os grupos de pesquisa, alavancar a oferta de pós-graduação, desenvolver projetos de pesquisa e gerar inovação, com a devida proteção do conhecimento e publicação das atividades de pesquisa. Todos esses processos são voltados para uma maior qualificação do ensino e da formação dos discentes, na perspectiva de consolidar o IFSul como uma instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Já com relação à extensão na instituição, o IFSul promove a articulação de políticas de integração com a sociedade na perspectiva de sua transformação, por meio de programas, projetos, cursos e eventos artísticos, culturais, científicos e sociais, visando à igualdade social.

As principais áreas de atuação das ações de extensão em 2014 determinaram os principais beneficiários dos resultados das ações de extensão, de acordo com as definições ocorridas no Seminário de Extensão de 2013 e nas reuniões da Câmara de Extensão.

O produto da atuação da extensão no IFSul em 2014 pode ser descrito em números: 05(cinco) programas registrados junto à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), 119 projetos, 26 eventos e 18 cursos de extensão. Tais atividades de extensão envolveram 158 alunos bolsistas e 109 alunos voluntários distribuídos nos 10 câmpus que já possuíam cursos regulares em funcionamento desde o início do ano letivo.

Programas especiais do governo federal

Pronatec prepara pessoas, qualificando-as para o mundo do trabalho. Já o Programa Mulheres Mil, atende mulheres em situação de vulnerabilidade social e emocional, (inserindo-as)colocando-as no mercado de trabalho. Com aproveitamento de 90% das matrículas, o Mulheres Mil contou com 475 mulheres concluintes em várias áreas. Destacam-se, também, dois cursos FIC em Economia Solidária, um no Acampamento de Sem Terras na Colônia de Pescadores Z3, no Balneário Laranjal em Pelotas e outro no Acampamento da Palma, no Bairro Jardim América em Pelotas. Foram realizadas também, oficinas de Economia Solidária com

Cooperativas de Catadores e Serviços Gerais. Tudo isso, sem deixar de atender outras demandas sociais, visto que, com a expansão dos Institutos Federais, muitas vezes são os câmpus os espaços de catalização das demandas reprimidas da sociedade civil junto à União, traduzindo-se em espaços de esperança e de construção da cidadania plena.

8 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (CPA)

A CPA DO IFSUL é composta por comissões locais de cada câmpus, com representantes dos segmentos docentes, técnicos administrativos, discentes e representantes da sociedade civil, eleitos e/ou indicados pelos seus pares e nomeados por portarias, com vigência de dois anos. Dentre os representantes de cada CPA local um de cada segmento é indicado e nomeado por portaria para compor a CPA Central do IFSUL, que tem um presidente eleito por seus pares.

(portarias em vigência de 2013 e 2014)

Planejamento estratégico de autoavaliação

O planejamento para construção do Instrumento de Avaliação (período 2013/2014) tomou como referência os indicativos constantes na portaria de nº 92 de 31 de janeiro de 2014 que aprova em extrato os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e no relatório anterior da CPA biênio 2011-2012 que aponta os pontos fortes, fracos e a melhorar em nível institucional e local.

Os instrumentos utilizados para operacionalizar o processo de autoavaliação foram aprimorados a partir dos instrumentos anteriores, contemplando as dez dimensões do SINAES, estruturadas a partir dos cinco eixos, conforme dispõe a Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC. Foram coletados dados, por meio de questionários aplicados aos docentes, técnico-administrativos e discentes, bem como por meio de entrevistas dirigidas aos gestores do Câmpus.

Suporte institucional para a autoavaliação

Considerando as dificuldades enfrentadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo de produção da avaliação 2011-2012, em especial pela dificuldade de articular operacionalmente o trabalho de uma CPA que realiza um processo de avaliação multicâmpus, a Reitoria por meio da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), buscou auxiliar o processo de trabalho da CPA ao longo deste último período.

Além disto, o IFSul contou com a colaboração técnica de um docente, do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que presidiu a CPA Institucional do IFES por 04 anos (2010-2013), contribuindo diretamente na reestruturação da avaliação institucional.

Considerando a necessidade de maior visibilidade à comunidade quanto ao acesso aos instrumentos de avaliação e de poder gerar resultados com maior agilidade e confiabilidade, o setor de Tecnologia de Informações viabilizou um sistema que possibilitou a aplicação online do novo Instrumento Avaliativo, o que facilitou a coleta e tabulação dos indicadores para produção deste relatório.

Metodologia

O presente relatório expõe os resultados da Autoavaliação Institucional referente ao período de 2013-2014 objetivando contribuir para o aprimoramento da qualidade do Ensino Superior do IFSul, bem como impulsionar as mudanças que se fizerem necessárias.

Para alcançar tal propósito foi necessária a reestruturação proposta que teve como parâmetro a reformulação dos instrumentos de avaliação, observando a Nota Técnica Nº 14 /2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC - por meio do Instrumento de avaliação institucional externa (2014) e a ampliação de participação da comunidade interna, ou seja, a avaliação não ficaria mais restrita aos cursos superiores, e sim, disponível a toda a comunidade interna do IFSul (servidores e discentes).

A abrangência desta participação baseia-se na compreensão de que o relatório de avaliação institucional é um instrumento de gestão, e, sendo assim, os resultados obtidos devem contemplar a participação de todos para que as informações geradas possam qualificar o processo educacional do IFSul, uma vez que o Ensino Superior representa apenas uma parte dos processos em andamento na Instituição.

A metodologia aplicada foi baseada nos pressupostos do SINAES e nos objetivos do Projeto de Autoavaliação Institucional. A Autoavaliação Institucional do ano de 2014 avaliou todas as dimensões do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e o Desempenho Docente referente aos anos de 2013/2014. Contou com a participação dos docentes, dos discentes, dos Técnicos-Administrativos e gestores do IFSul. Os dados coletados foram disponibilizados online para consulta da comunidade de cada câmpus, através do link:

http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3523&Itemid=100.

O Relatório Geral, incluindo todas as dimensões, será encaminhado ao MEC até 31 de março de 2015 via e-mec.

A análise dos resultados enfatiza o aspecto quantitativo dos dados, valorizando a opinião daqueles que se disponibilizaram a participar. Os questionários foram disponibilizados na internet para facilitar a geração e extração de dados e garantir a fidedignidade das informações coletadas.

Indicadores externos: Conceitos obtidos pela IES nas avaliações institucionais e de cursos

O Índice Geral de Cursos (IGC) do IFSul mantém-se em com a nota 04 (quatro) desde 2010. Considerando o IGC contínuo, o IFSul está entre os 3 melhores institutos federais desde 2009, obtendo 3,51 em 2010; 3,56 em 2011; 3,58 em 2012 e 3,34 em 2013. São treze cursos com Conceito de Curso (CC) com nota 04 (quatro) e três com avaliação 03 (três). Em relação ao conceito do ENADE, são quatro cursos com avaliação cinco (05) e quatro cursos com três (03). Com relação aos cursos avaliados, destaca-se que o curso de Engenharia Elétrica obteve em 2013 a terceira melhor avaliação entre os cursos dos institutos federais, com conceito cinco (05).

9 DESENVOLVIMENTO

Os instrumentos utilizados para operacionalizar o processo de autoavaliação foram aprimorados a partir dos instrumentos anteriores, contemplando os cinco eixos propostos pelo SINAES. Foram coletados dados, por meio de questionário eletrônico aplicado aos docentes, técnico-administrativos e discentes de todos os câmpus da Instituição. Para cada eixo, foram elaborados critérios de avaliação, organizados e discutidos primeiramente pelos membros das comissões locais de avaliação de cada câmpus da Instituição e posteriormente na comissão central da CPA, formada por representantes das CPAs Locais.

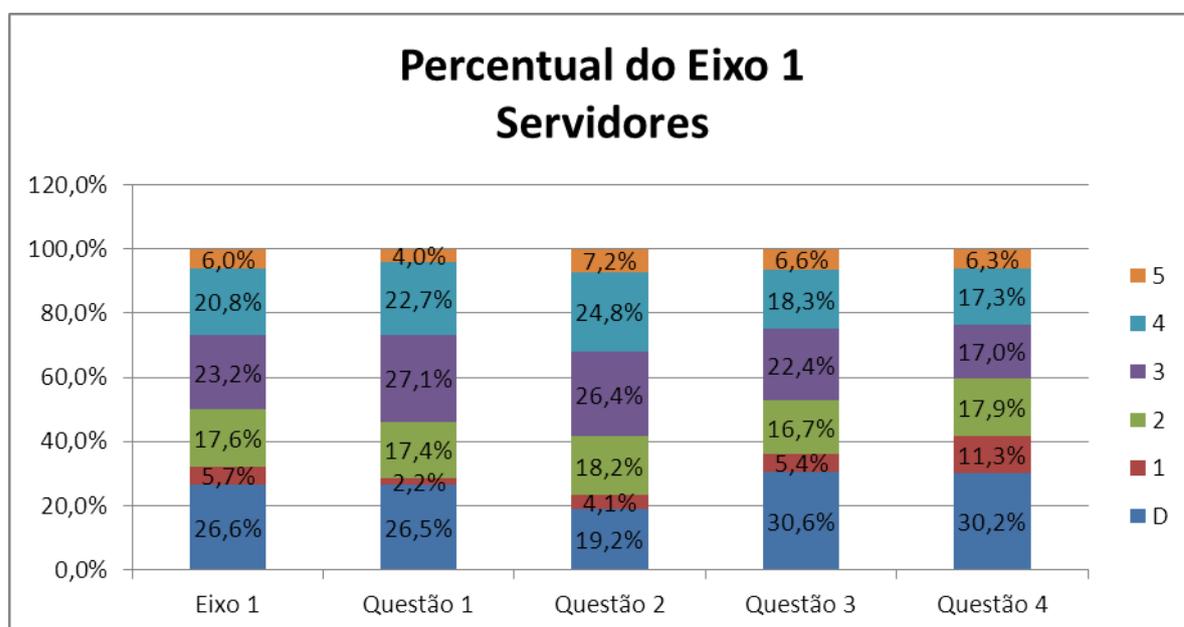
Dessa forma, os gráficos a seguir correspondem aos cinco eixos propostos pelo SINAES, sendo que, para cada eixo, foram relacionados os critérios de avaliação enumerados, que se encontram dispostos abaixo do gráfico. Cada coluna do gráfico corresponde a um critério de avaliação. A seguir, apresenta-se uma tabela gerada a partir da interpretação sucinta dos gráficos, expondo o(s) ponto(s) forte(s), a(s) fragilidade(s) e proposta(s) de ação. Depois da tabela, quando houve comentários relatados no campo da base aberta de avaliação, estes são expostos. Também procede-se a uma verificação dos resultados encontrados na última avaliação e na realizada anteriormente, comparando os dados com o intuito de examinar se houve mudança positiva para as fragilidades apontadas.

Inicialmente são expostos os resultados da autoavaliação do corpo docente e dos técnicos-administrativos; a seguir, estão relacionados os resultados do segmento discente.

10 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO DOS SERVIDORES DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo contempla, na íntegra, a dimensão 8 – referente ao planejamento e avaliação institucional. A Comissão Própria de Avaliação – CPA tem como objetivo conduzir o processo de autoavaliação da Instituição a fim de que se conheça a realidade acadêmica, podendo assim, constantemente, promover melhorias nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão assim como nas suas ações e relacionamento com a comunidade interna e externa.



1. Métodos e instrumentos de avaliação adotados para acompanhamento e análise das ações institucionais.
2. Evolução institucional (pedagógicas e administrativas) a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional
3. Contribuição dos resultados da autoavaliação Institucional para o planejamento da Instituição.
4. Discussão dos resultados da autoavaliação junto à comunidade feita pelos gestores

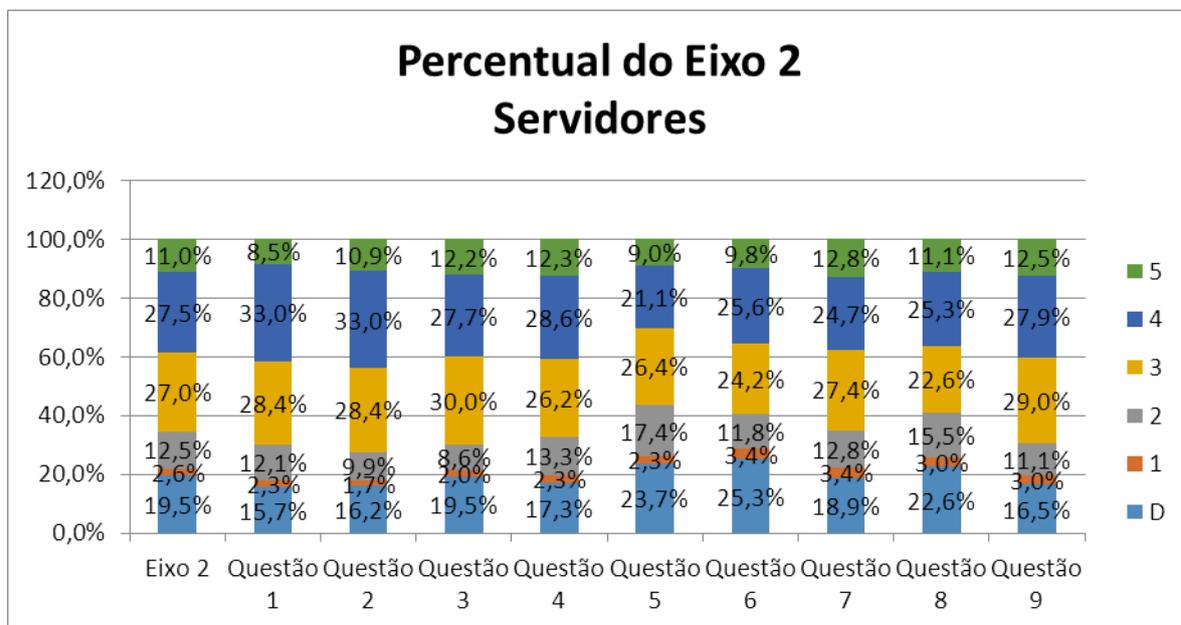
Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
<p>Mais de 50% dos participantes já têm conhecimento do PDI e dos processos avaliativos e os consideram entre bons e excelentes</p> <p>Para aproximadamente 40%, os métodos e instrumentos de avaliação adotados para acompanhamento e análise das ações institucionais contribuíram para a evolução e planejamento Institucional.</p>	<p>Para um percentual significativo não existe ou é insuficiente o resultado da autoavaliação junto à comunidade.</p> <p>Em todas as questões abordadas neste eixo alguns docentes e técnicos administrativos e um número significativo de alunos não sabem opinar sobre o tema.</p> <p>Ineficiência dos processos de divulgação utilizados.</p>	<p>Intensificar as discussões dos resultados junto à comunidade acadêmica.</p> <p>Melhorar a comunicação tornando-a mais clara para dar uma maior transparência para o adequado retorno à comunidade sobre os resultados de tais levantamentos. Estabelecer conexões com as políticas internas e ações práticas dos gestores. Organizar murais com gráficos, planos, tabelas de dados e diagramas com os resultados da avaliação institucional, além de manter a divulgação do relatório da CPA no sítio do IFSul. Proporcionar espaços de discussão no Campus para melhorias dos instrumentos de avaliações. Intensificar a divulgação das ações e cumprimento das melhorias dos itens que obtiveram baixos níveis de avaliações.</p>

É necessário destacar que houve progresso em relação à divulgação adequada dos resultados da autoavaliação da gestão 2011-2012, mas ela ainda não é satisfatória para boa parte dos respondentes.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este eixo, desenvolvimento institucional, aborda a missão e o plano de desenvolvimento institucional (Dimensão 1) e a responsabilidade social (Dimensão 3). Estas dimensões tem por objetivos verificar a missão da Instituição, a articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), bem como a articulação do PDI e PPI com o contexto socioeconômico regional e com a realidade da prática institucional, bem como, avaliar a contribuição do IFSul no que diz respeito à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Destacamos que a missão do IFSul é: “Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.”



1. Desenvolvimento das ações do campus em conformidade com as metas e os objetivos previstos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino.
3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.
4. Coerência entre o PDI e as práticas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.
6. Coerência entre o PDI e as ações do campus para o desenvolvimento econômico e social.
7. Coerência entre o PDI e as Ações que promovam inclusão social (respeito à diversidade étnica, cultural, orientação sexual, econômica, de aprendizagem entre outras).
8. Coerência entre o PDI e as ações de integração do campus junto à comunidade local/regional para promoção de democracia e cidadania.
9. Coerência entre o PDI e as atividades voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com a finalidade de internacionalização.

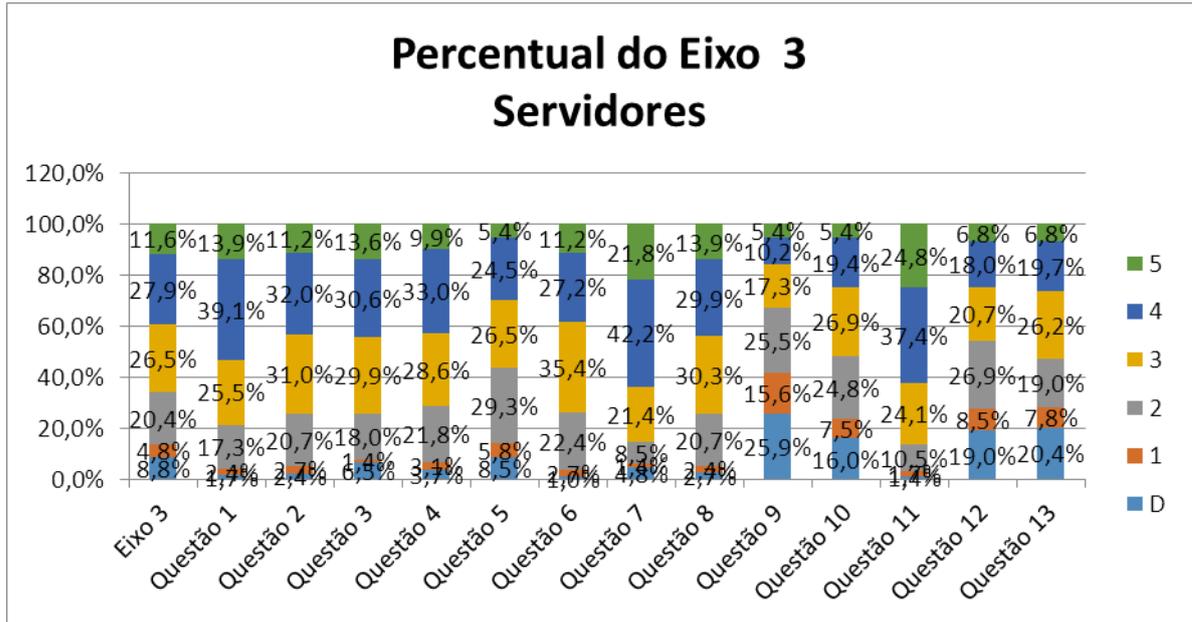
Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
<p>Para mais de 50%, existe coerência entre o PDI e as políticas envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Melhorou significativamente o conhecimento da missão quanto PDI por parte de servidores e de discentes discentes. Mas ainda falta demarcar melhor a responsabilidade social do IFSul.</p>	<p>Para os outros cerca de 40% as fragilidades concentram-se nos critérios envolvendo desenvolvimento econômico e social, inclusão social, ações de integração do câmpus junto à comunidade externa e políticas de intercâmbio.</p>	<p>Fortalecer a execução das ações propostas no PDI, conforme já havia sido apontado no relatório da gestão anterior.</p> <p>Falta de conhecimento das ações ligadas ao PDI, necessidade de espaços adequados à pesquisa.</p>

Nas proposições de caráter aberto, foi sugerido que o novo PDI deveria prever a instalação de mais um ambiente de convivência e de alimentação aos servidores.

Destaca-se ainda que, na avaliação anterior 2011/2012, a maioria dos respondentes afirmou não ter participado das discussões para a construção do PDI. Esse problema não foi apontado nesta avaliação, demonstrando que a gestão tornou o processo mais democrático. Entretanto, no que se refere ao desenvolvimento de ações que priorizem o respeito à diferença e à diversidade não houve mudança satisfatória da avaliação anterior em relação à presente.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes).



1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos ofertados (atualização curricular, material didático-pedagógico, programas de monitoria).
2. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
3. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.
4. Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.
5. Articulação ensino, pesquisa e extensão.
6. Comunicação da instituição com a comunidade externa.
7. Comunicação da instituição com a comunidade interna.
8. Programa de atendimento aos estudantes (Assistência Estudantil relativos ao acesso, permanência e conclusão dos estudos).
9. Programas de apoio À realização de eventos internos e à produção discente.
10. Política e ações de acompanhamento dos egressos (saber sobre a possível atuação dos estudantes que se formaram na instituição no mundo do trabalho).
11. Políticas e ações voltada a Inovação tecnológica e propriedade intelectual
12. Disponibilidade dos professores para o atendimento extra-classe aos discentes.
13. Atuação dos serviços de saúde no campus (enfermagem, médicos, dentistas, psicologia).

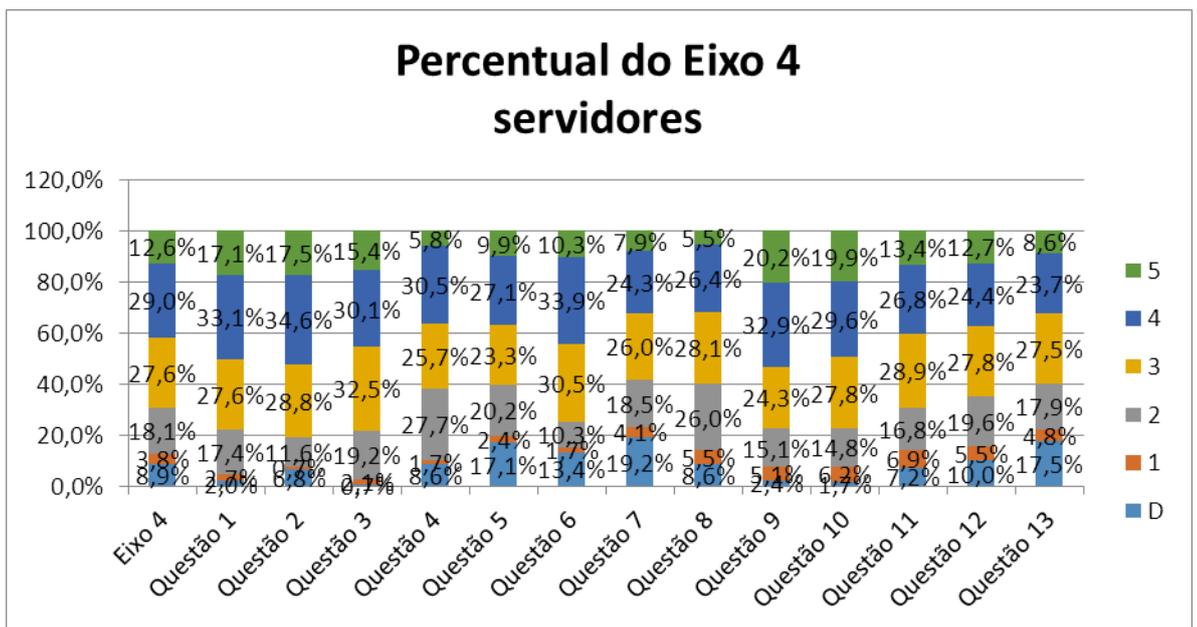
Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
Em relação às políticas institucionais para pesquisa, iniciação científica e tecnológica, assim como para as ações de extensão e difusão das produções acadêmicas, a grande maioria dos docentes (80%) consideram	Foram apontados como fragilidades os critérios 04, 05, 06, 08, 09 e 13.	Intensificar a fiscalização da assistência estudantil relativas ao acesso, permanência e conclusão dos estudos e evidenciar os serviços e os regimentos relativos à saúde que podem ser prestados no

<p>satisfatórias Quanto aos técnicos administrativos e alunos as classificam de forma apenas suficiente, carecendo de maior visibilidade e retorno para a comunidade. Quanto ao atendimento dos docentes os alunos o consideram suficiente, bom ou excelente. Políticas de ensino e de ações voltadas para a inovação tecnológica, disponibilidade dos professores e serviços de saúde.</p>		<p>câmpus.</p>
---	--	----------------

É necessário destacar que houve melhoria no que se refere ao acompanhamento dos egressos em relação aos dados verificados na avaliação anterior.

EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO

Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira).



1. Política de formação e capacitação dos servidores (docentes e técnicos-administrativos).
2. Gestão institucional (autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de docentes, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada).
3. Sistema de registro acadêmico (organização, informatização, agilidade no atendimento).
4. Sustentabilidade financeira (recursos atendem ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão).
5. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional (atendendo a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão).
6. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.
7. Sistema de avaliação dos servidores.
8. Atuação da Reitoria (atendimento às demandas do campus, comparecimento no campus para ouvir e dialogar com os estudantes e os servidores).
9. Atuação da Direção Geral (apresentação de planejamento e ações realizadas em sua gestão, diálogo com a comunidade).
10. Atuação da Direção de Ensino (apresentação de planejamento e ações realizadas em sua gestão, diálogo com a comunidade).
11. Atuação da Direção Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (apresentação de planejamento e ações realizadas em sua gestão, diálogo com a comunidade).
12. Atuação da Direção Administrativa (apresentação de planejamento e ações realizadas em sua gestão, diálogo com a comunidade).
13. Coerência entre o Organograma e às demandas existentes no campus.

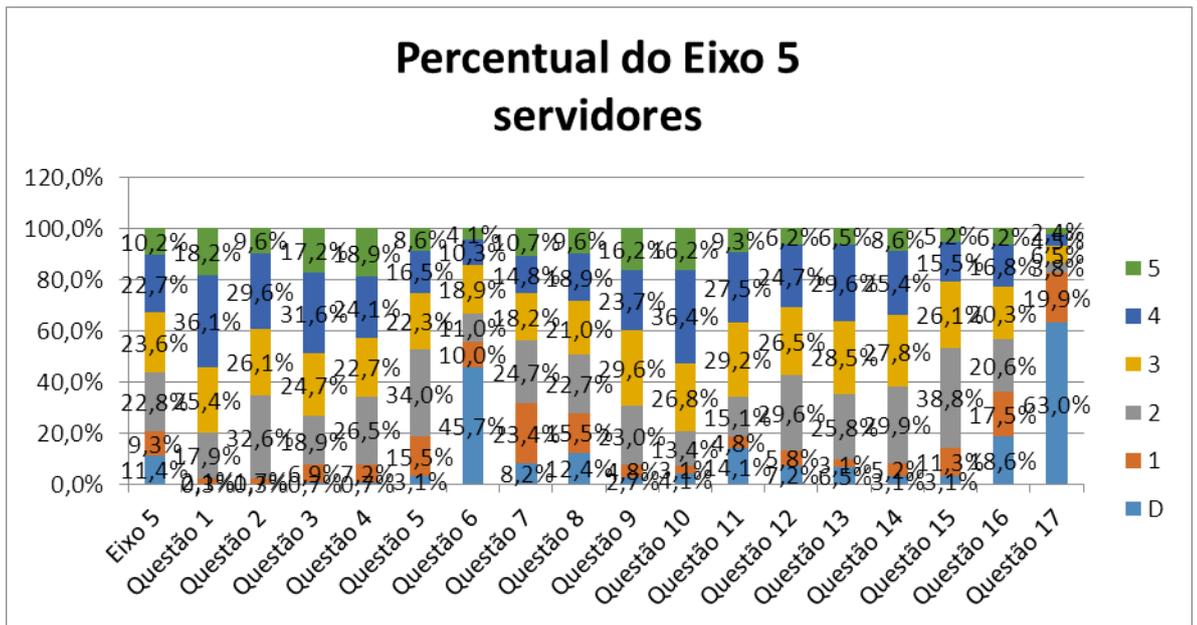
Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
<p>A maior parte dos servidores acredita que as políticas de capacitação são boas ou excelentes.</p> <p>Manter as políticas de capacitação profissional, mas de forma extensiva a todos os servidores.</p> <p>Apontados como muito bons os critérios de avaliação 01, 02, 03, 06, 07, 10.</p>	<p>Pouca transparência de decisões da direção, ainda tomadas a portas fechadas. Existência de excessiva burocracia e lentidão no andamento dos processos.</p> <p>Cursos com o seu quadro de professores efetivos bastante reduzido. Falta de maior clareza institucional quanto à estrutura, planos, metas, ações, programas em curso.</p> <p>Falta de adoção de ferramentas de gestão mais modernas e esclarecedoras, tornando acessíveis e públicas as políticas e ações.</p>	<p>É preciso adotar procedimentos claros em relação à formação e capacitação dos servidores.</p> <p>Discussão com a comunidade sobre a sustentabilidade financeira, atendendo a gestão do ensino, pesquisa e extensão e sobre a avaliação dos servidores.</p> <p>Melhorar a articulação e o envolvimento da atuação da Reitoria, da Direção Geral e da Direção de Pesquisa, extensão e pós-graduação com os servidores do câmpus.</p>

Nas proposições de carácter aberto, foi levantada a sugestão de melhoria no diálogo entre os servidores do setor de pesquisa e extensão com os alunos e bolsistas.

É preciso discutir mais as políticas de formação e capacitação dos servidores, pois a insatisfação de boa parte dos respondentes continua em relação à avaliação anterior.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA

O objetivo desta dimensão é avaliar as instalações dedicadas ao ensino e pesquisa, espaços de convívio, recursos de informação e comunicação, bem como o acervo bibliográfico.



1. Instalações administrativas (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
2. Salas de aula (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
3. Auditório (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
4. Sala de docentes (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
5. Espaço para atendimento aos estudantes (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
6. Infraestrutura para a CPA.
7. Gabinetes / estações de trabalho para docentes em tempo integral.

8. Instalações sanitárias incluindo chuveiros para banho após aulas práticas e as atividades esportivas (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
9. Biblioteca: infraestrutura (dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional).
10. Biblioteca: serviços e informatização (profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta e reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento).
11. Biblioteca: plano de atualização do acervo.
12. Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente (equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviço de suporte e plano de atualização).
13. Recursos de tecnologia de informação e comunicação (voltados para os processos de ensino e aprendizagem que envolvem docentes, estudantes, técnicos administrativos e sociedade civil).
14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas (dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
15. Espaço de convivência e de alimentação (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
16. Condições dos ambientes poliesportivos.
17. Condições dos Dormitórios/Alojamentos discente (exclusivamente dos campi agrícolas).

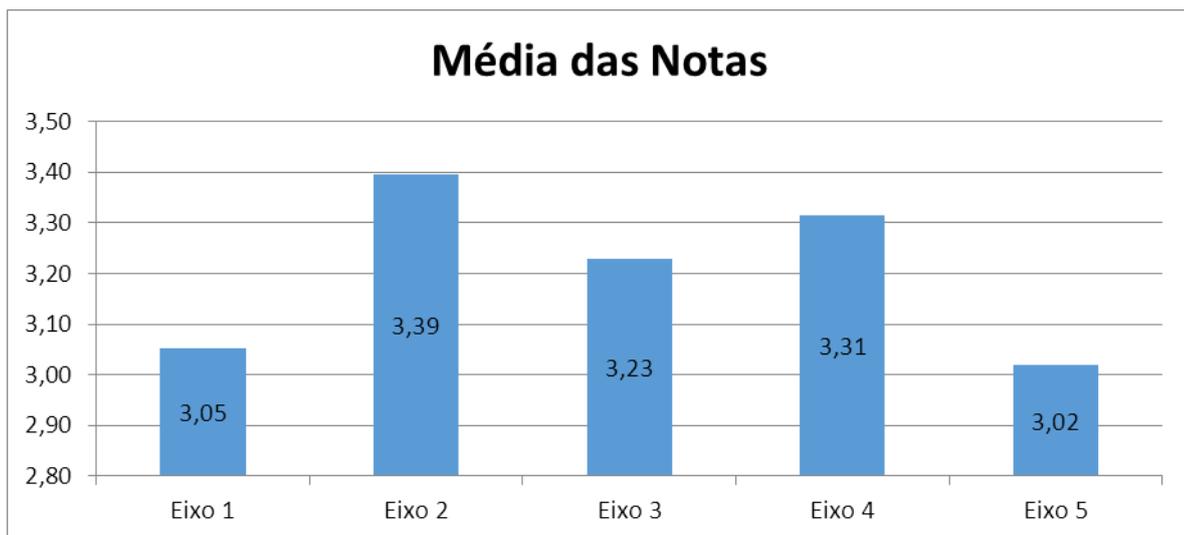
Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
<p>A grande maioria classifica o acervo e a infraestrutura da biblioteca como suficiente bom ou excelente. Para a maioria dos alunos espaços para convivência são suficientes.</p> <p>Apontados como muito bons os critérios 01, 03, 04, 07, 11, 12, 13 e 14.</p>	<p>A maioria dos docentes e discentes que participaram da pesquisa consideram o número de laboratórios e salas de aula disponibilizados pelo Campus como parcialmente satisfatórios para suas necessidades. Os docentes do ensino superior solicitam salas mais amplas e ventiladas, com equipamentos em condições de funcionamento.</p> <p>Necessidade de espaço para o atendimento dos estudantes, sobretudo salas para orientação. Um alto número de docentes e técnicos administrativos dizem desconhecer ou não existir um espaço para a</p>	<p>Melhoria da infraestrutura da CPA, instalações sanitárias, biblioteca e espaço de convivência e de alimentação.</p> <p>Recomendar a criação de um plano de ação dos gestores para solucionar as demandas elencadas acima.</p>

	<p>CPA local, visto que o local é usado pelas pedagogas. Um alto número de pessoas classifica como insuficientes as salas de aula em relação a quantidade, dimensão, iluminação, acústica, ventilação e equipamentos adequados.</p>	
--	---	--

Também foram apontados como pontos negativos as condições dos ambientes poliesportivos e dos dormitórios e alojamentos para discentes. Contudo, como não há em todos os câmpus, esses critérios não se aplicam.

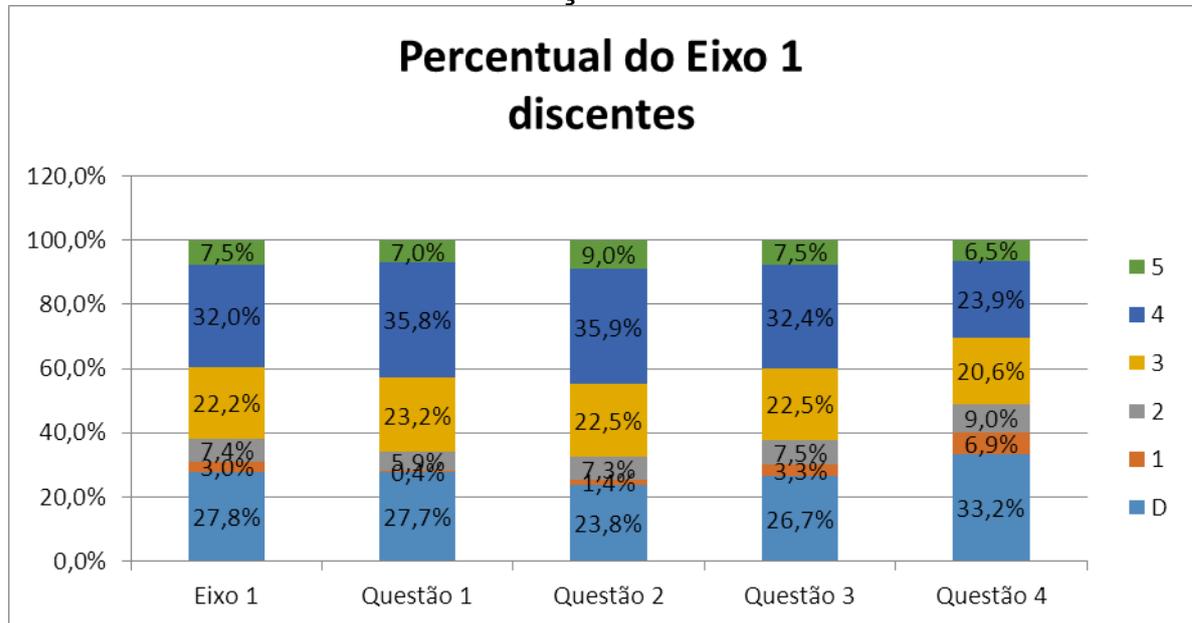
Nas proposições de caráter aberto, foram apontadas reivindicações, como a melhoria da iluminação nos corredores, principalmente nas mesas de auxílio aos alunos, onde há pouca ou nenhuma luminosidade. Outra reivindicação diz respeito aos projetores que deveriam estar fixados nas salas de aula, contudo, essa solicitação foi atendida pela gestão ao final do segundo semestre letivo de 2014. Ainda foram levantados os seguintes problemas: infiltração no auditório, entupimento nos banheiros, precariedade do bar do câmpus Passo Fundo, que, por vezes, fornece alimentos estragados ou fora do prazo de validade, péssimo atendimento e preços exorbitantes. A vigilância sanitária já foi acionada várias vezes, porém, poucas vezes cumpriu sua função.

Observa-se que os problemas referentes à infraestrutura levantados na avaliação anterior persistem, como o espaço de convivência e dealimentação e o da biblioteca, sendo que nesta avaliação ainda foram incluídos problemas na instalação sanitária e na infraestrutura para o funcionamento da CPA.



11 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO DO CORPO DISCENTE

EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

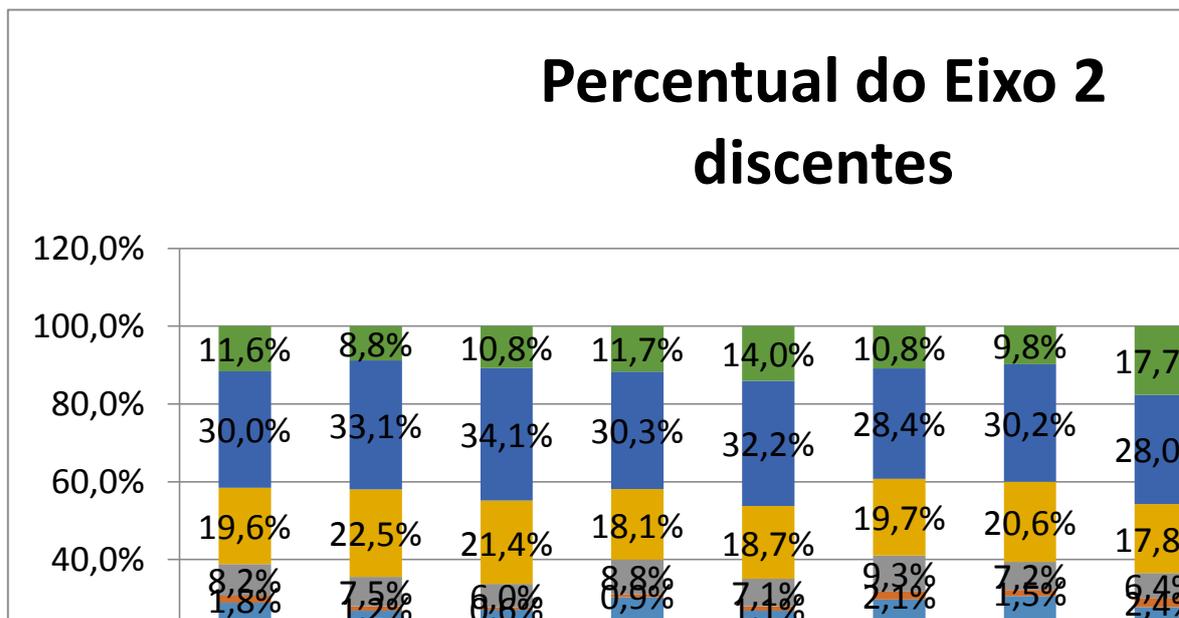


1. Métodos e instrumentos de avaliação adotados para acompanhamento e análise das ações institucionais.
2. Evolução institucional (pedagógicas e administrativas) a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
3. Contribuição dos resultados da Autoavaliação Institucional para o planejamento da Instituição.
4. Discussão dos resultados da autoavaliação junto à comunidade feita pelos gestores.

Ponto(s) Forte(s)	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
Os resultados da Autoavaliação Institucional apresentam contribuições para a Instituição, assim como a importância da discussão dos resultados junto à comunidade.	Falta de conhecimento dos resultados da autoavaliação institucional, bem como da atuação da gestão para administrar tais resultados.	Melhorias em mecanismos de divulgação dos resultados da autoavaliação.

Como foi verificado na avaliação anterior, é preciso intensificar a comunicação com os alunos quanto aos trabalhos desenvolvidos pela CPA, bem como divulgar os resultados da autoavaliação institucional.

EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

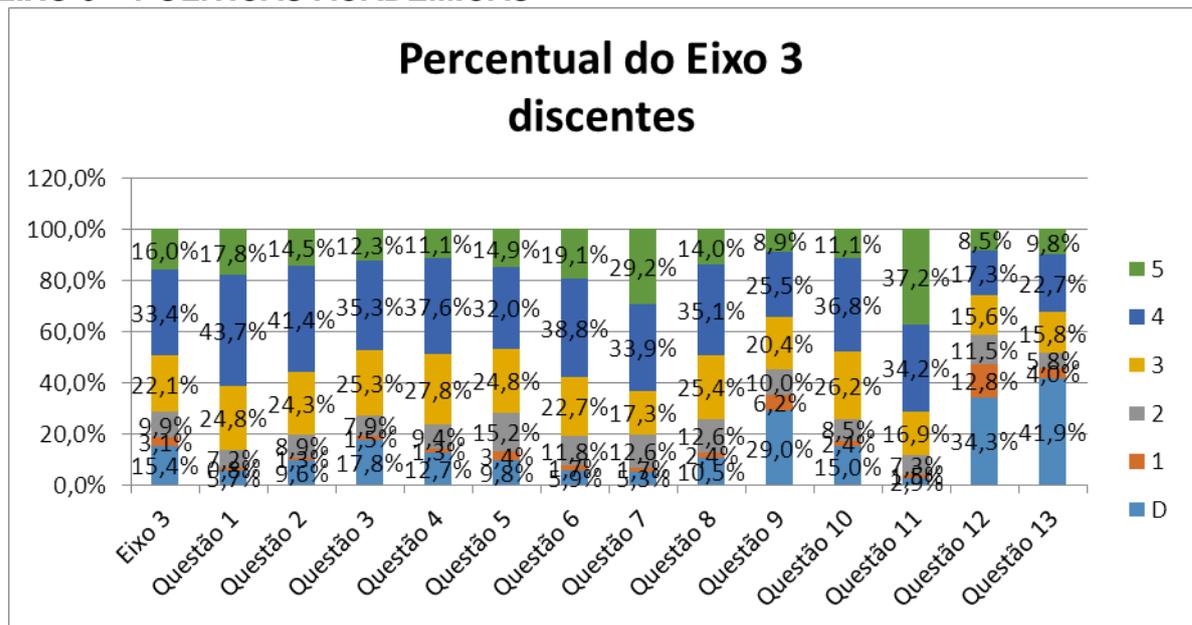


1. Desenvolvimento das ações do campus em conformidade com as metas e os objetivos previstos no PDI(Plano de Desenvolvimento Institucional).
2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino
3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão
4. Coerência entre o PDI e as práticas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.
6. Coerência entre o PDI e as ações do campus para o desenvolvimento econômico e social.
7. Coerência entre o PDI e as Ações que promovam inclusão social (respeito à diversidade étnica, cultural, orientação sexual, econômica, de aprendizagem entre outras).
8. Coerência entre o PDI e as ações de integração do campus junto à comunidade local/regional para promoção de democracia e cidadania.
9. Coerência entre o PDI e as atividades voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com a finalidade de internacionalização.

Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
Conformidade do desenvolvimento das ações com as metas e os objetivos do PDI. Coerência do PDI com as práticas de ensino, pesquisa e extensão.	Crítérios 05, 06, 07, 08 e 09.	Fortalecer a execução das ações propostas no PDI, atentando para os critérios em que foram apontadas as fragilidades.

Observa-se que as fragilidades apontadas nesta avaliação não foram identificadas na avaliação anterior.

EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

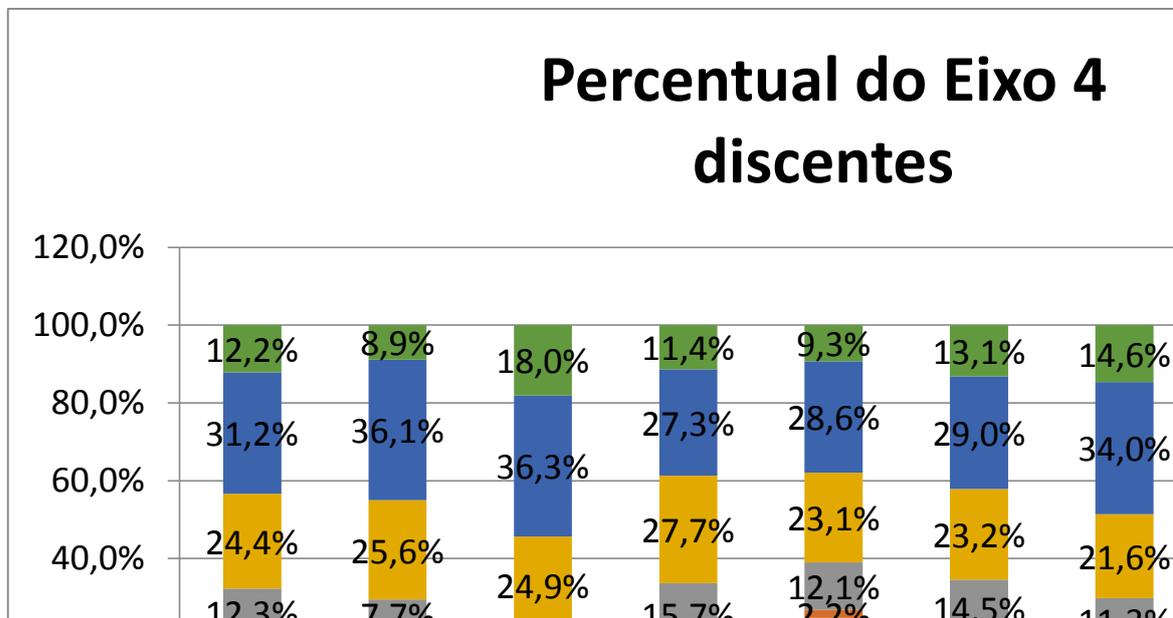


1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos ofertados (atualização curricular, material didático-pedagógico, programas de monitoria).
2. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
3. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.
4. Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.
5. Articulação ensino, pesquisa e extensão.
6. Comunicação da instituição com a comunidade externa.
7. Comunicação da instituição com a comunidade interna.
8. Programa de atendimento aos estudantes (Assistência Estudantil relativos ao acesso, permanência e conclusão dos estudos).
9. Programas de apoio À realização de eventos internos e à produção discente.
10. Política e ações de acompanhamento dos egressos (saber sobre a possível atuação dos estudantes que se formaram na instituição no mundo do trabalho).
11. Políticas e ações voltada a Inovação tecnológica e propriedade intelectual.
12. Disponibilidade dos professores para o atendimento extraclasse aos discentes.
13. Atuação dos serviços de saúde no campus (enfermagem, médicos, dentistas, psicologia).

Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
Políticas voltadas ao ensino, prioridades de acompanhamento de monitorias e ações de inovação tecnológica e propriedade intelectual.	Pouco incentivo à pesquisa e à extensão. Falta de realização de eventos no câmpus e de incentivo à produção discente, limitação dos serviços de saúde no Instituto.	Investir na área de pesquisa e extensão e aperfeiçoar as práticas existentes.

Conforme avaliação anterior, nesta continua a percepção da falta de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

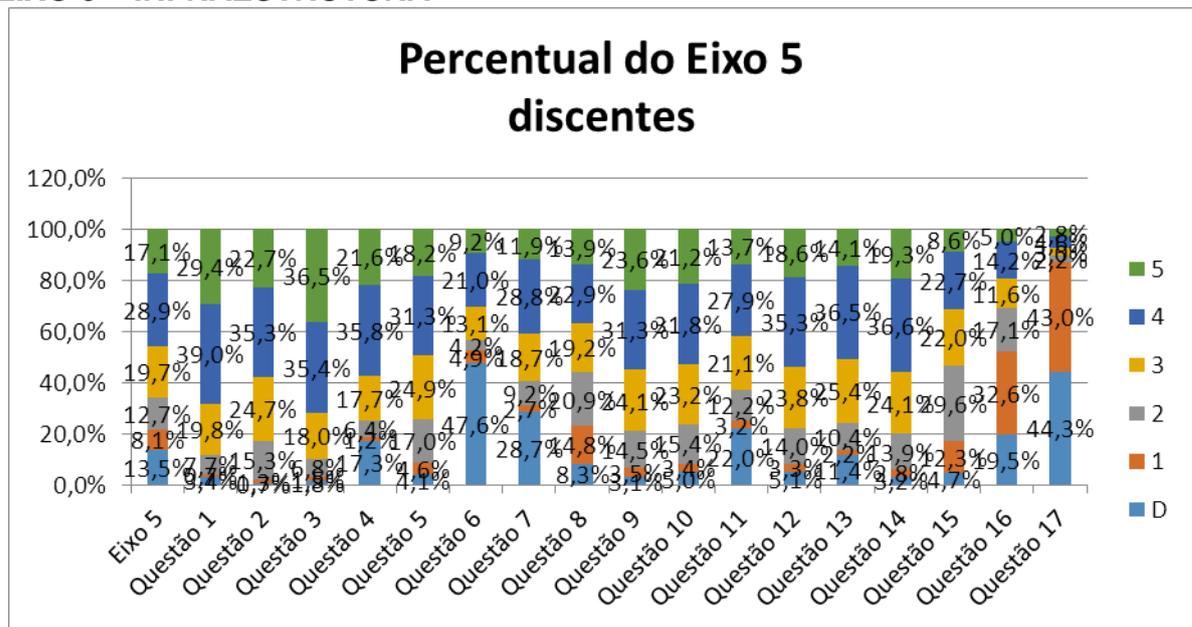
EIXO 4 – POLÍTICA DE GESTÃO



1. Gestão institucional (autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de docentes, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada).
2. Sistema de registro acadêmico (organização, informatização, agilidade no atendimento).
3. Sustentabilidade financeira (recursos atendem ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão).
4. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional (atendendo a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão).
5. Atuação da Reitoria (atendimento às demandas do campus, comparecimento no campus para ouvir e dialogar com os estudantes e os servidores).
6. Atuação da Direção Geral (apresentação de planejamento e ações realizadas em sua gestão, diálogo com a comunidade).
7. Atuação da Direção de Ensino (apresentação de planejamento e ações realizadas em sua gestão, diálogo com a comunidade).
8. Atuação da Direção Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (apresentação de planejamento e ações realizadas em sua gestão, diálogo com a comunidade).

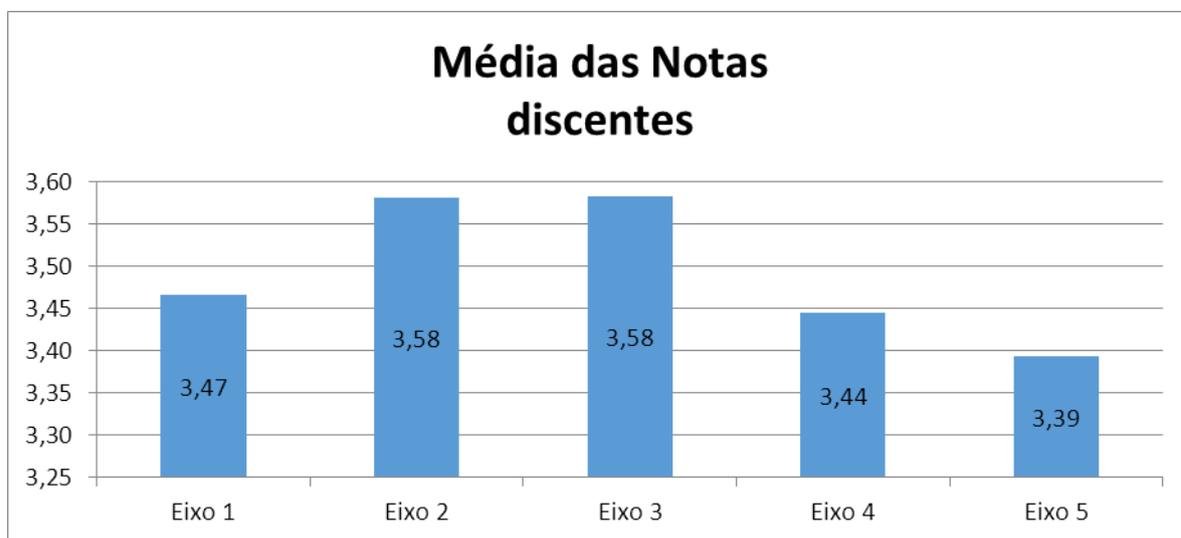
Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
Satisfação com a Gestão Institucional, tanto em relação ao sistema de registro acadêmico quanto às ações financeiras.	Atuação da Reitoria e da Direção geral no que diz respeito à apresentação dos planejamentos e ao diálogo com a comunidade.	Comprometimento da Direção geral e da Reitoria em apresentar suas ações e planejamentos junto à comunidade.

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA



1. Instalações administrativas (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)
2. Salas de aula (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)
3. Auditório (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)
4. Sala de docentes (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)
5. Espaço para atendimento aos estudantes (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)
6. Infraestrutura para a CPA
7. Gabinetes / estações de trabalho para docentes em tempo integral
8. Instalações sanitárias incluindo chuveiros para banho após aulas práticas e as atividades esportivas (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)
9. Biblioteca: infraestrutura (dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional)
10. Biblioteca: serviços e informatização (profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta e reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento)
11. Biblioteca: plano de atualização do acervo
12. Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente (equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à internet, atualização de software, acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviço de suporte e plano de atualização)
13. Recursos de tecnologia de informação e comunicação (voltados para os processos de ensino e aprendizagem que envolvem docentes, estudantes, técnicos administrativos e sociedade civil).
14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas (dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
15. Espaço de convivência e de alimentação (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).
16. Condições dos ambientes poliesportivos.
17. Condições dos Dormitórios/Alojamentos discente (exclusivamente dos campi agrícolas).

Potencialidades	Fragilidade(s)	Proposta(s) de Ação
<p>Biblioteca bem estruturada e de fácil acesso aos usuários, satisfação ao usar o espaço de convivência e alimentação,</p> <p>Salas de informática muito bem equipadas e bem preparadas para os alunos.</p> <p>Infraestrutura de tecnologia quanto a equipamentos, segurança, acesso à Internet e serviços de suporte.</p>	<p>Salas de aula com má distribuição de alunos, acervo da biblioteca desatualizado, falta de equipamentos de tecnologia da informação usados para o ensino.</p> <p>Não há ambientes poliesportivos.</p>	<p>Melhoria na distribuição de salas de aula, juntamente com equipamentos voltados ao ensino.</p> <p>Criação de ambientes poliesportivos e melhoria da infraestrutura para a CPA.</p>



12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SINAES, na busca da melhoria da qualidade da educação superior, apresenta importantes desafios para as IES, especialmente no que tange aos processos (auto)avaliativos, sobretudo por preconizar o envolvimento e a participação democrática da comunidade dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

Já a avaliação institucional do IFSUL/do Sul apresenta-se em processo de desenvolvimento, com a mudança cultural e estrutural significativa, sobretudo, depois da criação dos institutos federais. Nesse sentido considera-se que a sistemática de avaliação realizada, ainda não contemplou a integralidade das dimensões, bem como, necessita de consolidação quanto à importância dos seus processos.

Assim, por meio dos encaminhamentos abordados em todos os pontos apresentados acima, foi possível evidenciar a necessidade de atuação mais sistêmica, integrando e harmonizando todos os processos avaliativos da Instituição.

Desta forma, o público alvo desenvolverá parecer crítico, obtendo-se, assim, um conjunto de informações para a tomada de decisão dos Gestores Públicos, oportunizando, através destes os encaminhamentos necessários, a melhoria institucional. Ainda, a retroalimentação do processo é fundamental para ampliação da credibilidade do sistema de avaliação, posto que, a permanente troca de informações e o sua devida análise oportunizará progressão na satisfação dos públicos da Instituição. Assim procedendo a CPA do IFSUL terá mais condições para

- 1) Desenvolver a cultura de avaliação institucional no IFSUL;
- 2) Garantir a efetividade dos processos de autoavaliação;
- 3) Subsidiar a revisão e o redimensionamento das políticas e diretrizes institucionais frente aos resultados decorrentes dos processos avaliativos;
- 4) Subsidiar o processo de avaliação externa, através da sistematização, análise e produção do autoconhecimento institucional.

13 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC**

Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n14_2014.pdf

Acesso em: 2003/2014

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Da concepção à regulamentação**. 4. ed. Brasília: INEP, 2007. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Instrumento de avaliação externa. Brasília: INEP, 2008.